

## **Recensão Crítica**

Wight, Martin (2002). *A Política do Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 329 pp. ISBN: ISBN: 85-230-0040-2.

**Matheus Gonzaga Teles**

[gonzagamatheusax@gmail.com](mailto:gonzagamatheusax@gmail.com)

Negociador Internacional (Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil) e Especialista em Gestão Estratégica Empresarial (União Metropolitana de Educação e Cultura),  
Analista Universitário e Secretário Executivo na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Martin Wight é considerado um dos mais influentes teóricos das Relações Internacionais da geração anterior e um dos fundadores da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Através dele foram desenvolvidos o conceito e a análise de diferentes sistemas de estados que mostram a importância da história mundial para o estudo das relações internacionais e uma das principais influências de Hedley Bull. Wight era de tradição realista, porém denominava-se racionalista. Como assunto central considerava o comportamento internacional dos estados e o relacionamento por eles conduzido. Wight defende que, mesmo que os estados sejam os membros principais e imediatos da sociedade internacional, os membros desta última são os indivíduos.

As bases do pensamento de Martin Wight decorrem de suas inquietações, em primeiro lugar, da constatação da ausência de um *corpus* teórico que explicasse as relações entre os Estados e, em segundo, essa inquietação não era exclusividade sua, mas de diversos pensadores. Assim, Wight buscava compreender os fenômenos internacionais em termos de cooperação e conflito, os quais iam além das políticas nacionais.

Para o autor, a Teoria das Relações Internacionais – ou como ele mesmo atribuía, a Teoria Internacional – era considerada um estudo de filosofia política ou de especulação política voltado ao exame das principais tradições do pensamento sobre Relações Internacionais no passado. Na visão de Wight era necessário uma aproximação com a filosofia, o que o levou a pesquisar, organizar e categorizar tudo o que havia sido dito e pensado sobre a temática ao longo dos tempos.

Ao passo que os behavioristas excluía as questões morais do rigor científico, Wight punha essas questões como o cerne de sua pesquisa. Para ele, a emergência de seus estudos era resultado de um inventário do debate entre tradições e teorias que se conflitavam e das quais nenhuma resolução era esperada.



Sua visão sistemática e até mesmo seu desprezo aos behavioristas refletiam a confiança e a segurança em sua própria convicção. Jamais aceitou o fato que uma abordagem teórica desprovida de história e filosofia pudesse gerar um ambiente sólido para a compreensão do mundo político.

De acordo com Wight, a teoria internacional clássica é principalmente uma teoria da sobrevivência; em outras palavras, um darwinismo social. Uma vez soberanos, os Estados existem em uma condição anárquica; em último caso, dependem de si mesmos para sua sobrevivência. Assim, o que para a teoria política é considerado um caso extremo (tal como uma revolução ou guerra civil) a teoria internacional considera um caso normal.

Em virtude de suas análises, Martin Wight identificou três paradigmas clássicos existentes em diferentes versões praticamente simultâneas aos Estados soberanos: realismo, racionalismo e revolucionismo, versões também chamadas de maquiavélica, grociana e kantiana. Vale observar que essas tríades também são consideradas as três tradições de Wight. Para esse pensador, a verdade não deve ser buscada em qualquer uma das interpretações, e sim na argumentação e na contenda entre elas.

O realismo concebe as relações de forma predominante, se não exclusiva, pela *raison d'état*, na qual o direito político é o bem do Estado e a soberania é palavra final nessas discussões. O sistema internacional é o lugar no qual os homens de Estado perseguem seus interesses ou propósitos e, com uma certa frequência, provocam conflitos que podem causar ameaça à sobrevivência de alguns. Para Wight, o problema fundamental das relações internacionais é a prevenção desses conflitos por meio de soluções negociadas, seja através de diplomacia, da defesa nacional, de alianças militares ou outra solução mais adequada. Em síntese, o realismo enfatiza os conflitos realizados entre os Estados.

O racionalismo, por sua vez, concebe as relações internacionais como uma sociedade por meio do diálogo mediado entre os Estados e a regra da lei. A sociedade internacional é uma sociedade civil cujos membros estatais legitimam interesses, os quais podem ocasionar conflitos; todavia, estes reportam-se a uma esfera comum de direito internacional, a qual visa a regulação desses conflitos.

O revolucionismo, o terceiro paradigma da teoria internacional identificado por Wight, reflete-se na Reforma Protestante, na Revolução Francesa e na Revolução Comunista. Nesse paradigma os seres humanos precedem as instituições e, por consequência, o Estado soberano tem de estar subordinado, de alguma maneira, a uma autoridade superior – ou à *civitas maxima*. Em síntese, enfatiza a unidade ou solidariedade da espécie humana.

A importância da Escola Inglesa de Wight deve-se ao fato de tanto ela servir para a introdução das principais questões da teoria das relações internacionais, quanto pelas suas objetivas virtudes que ajudam a compreender o momento histórico no qual nos inserimos. Dessa forma, essa escola constitui-se em um bom ponto de partida aos interessados por questões diplomáticas na atualidade.

De maneira geral, a Escola Inglesa apresenta dois pressupostos básicos: o primeiro trata do pluralismo teórico, um esforço para abranger a totalidade das relações internacionais, considerado o ponto central que sustenta a Escola Inglesa (as três tradições de Wight). E o segundo, compreende a Escola Inglesa como uma tradição de diálogos, cujo foco se



concentra nas três tradições. A partir dessa perspectiva, as pessoas podem participar sem estarem comprometidas a determinadas linhas. Os pensadores ligados à Escola, dentre eles Wight, têm contribuído de maneira rica face às ideias relacionadas ao estudo das relações internacionais.

A partir de uma análise holística da obra de Wight, empreende-se que ele não pretendia abordar um teorismo sistemático; na verdade, via todas essas teorias no campo da política internacional com descrença e desilusão. Existe, portanto, a necessidade de basear a interpretação não naquilo que foi dito recentemente, mas sim nos pronunciamentos clássicos sobre o assunto, no sentido de que eles são a expressão-padrão ou primorosa de determinado ponto de vista. Logo, a obra de Wight busca fornecer uma interpretação não da situação do sistema político internacional no presente momento, mas sim daqueles seus traços fundamentais e duradouros de fato.

A ideia de Wight em se trabalhar o contínuo ou o permanente, é para reconhecer as mudanças quando estas ocorrerem ou fazer avaliações das pretensões que de fato sejam fundamentais.

De acordo com Wight (2002: 3),

*"a política do poder no sentido de política internacional surgiu, pois, quando a Cristandade medieval se dissolveu e nasceu o estado moderno e soberano".*

Vê-se, pois, neste fato, o fator gerador da política de poder. Para Martin, a política do poder remete a uma verdade central relacionada às relações internacionais; ela sugere as relações entre potências independentes. Como unidades independentes têm-se os Estados, nações, países ou potências (Wight, 2002: 1).

Wight acrescenta que, em geral,

*"o homem moderno tem demonstrado maior lealdade ao estado do que à Igreja, à classe social, ou a qualquer outro laço internacional"* (Wight, 2002: 4).

Ainda de acordo com ele, Estado moderno demonstra um poder de atração e de fidelidade sem igual, se comparado às forças anteriores supracitadas.

Quanto à definição da política de poder, Wight acrescenta que esta é uma tradução da palavra alemã *Machpolitik*, cujo significado é

*"a política da força, ou seja, a condução de relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força, sem consideração pelo direito ou pela justiça"* (Wight, 2002:8).



Contudo, quando se refere a este termo durante a Primeira Guerra Mundial, o autor traz à tona que o mesmo assumia o significado de uma "razão de estado" do original em francês *raison d'état*. Nesse sentido, justificava ações sem escrúpulos para a defesa do interesse público (Wight, 2002: 8).

O livro contém vinte e quatro capítulos, mais o prefácio, dois apêndices e o índice onomástico, além de contar com o sumário.

Do capítulo I ao V, a obra trata das potências e das suas classificações. Do capítulo VI ao XXIV aborda temas mais específicos, como as revoluções internacionais, a anarquia internacional, a diplomacia, as alianças, a guerra, a intervenção.

Somente no capítulo XIV, "A Expansão das Potências", e no apêndice 1 (A Classificação das Potências) Wight retoma a temática das potências. O capítulo VI descreve de modo envolvente as táticas e os tipos de artilharia usados para afirmar a preponderância do sistema de estados europeu do período das Navegações do século XV até meados de 1945.

No capítulo VII, o das "Revoluções Internacionais", o autor entende que a Revolução é uma mudança violenta de regime em um único estado. Para ele, a Revolução Francesa encabeça o clássico exemplo europeu do termo (Wight, 2002: 69).

No Capítulo VIII, intitulado Interesses Vitais e Prestígio, o autor trata dos interesses vitais coisas que uma potência julga como essenciais para a manutenção de sua independência e que, por causa deles, sai em defesa a ponto de ir para a guerra. Já o prestígio gira em torno do poder, pois traz consigo, de maneira misteriosa, benefícios materiais.

*"Em geral, é adquirido lentamente e perdido rapidamente. Ocorre aquilo que não era esperado"* (Wight, 2002: 87).

No capítulo IX, "No cenário internacional", o autor classifica a anarquia como uma multiplicidade de potências sem governo. Martin descreve a anarquia como uma característica que "distingue a política internacional da política ordinária. Para ele, o estudo da política internacional pressupõe a ausência de um sistema de governo, assim como o estudo da política doméstica pressupõe a existência de tal sistema" (Wight, 2002: 93).

No capítulo X, intitulado "A Sociedade Internacional", o autor a descreve como uma sociedade diferente de qualquer outra. Devido à sua forma, ela é considerada a mais inclusiva na face da Terra. O legado dela é para a posteridade. Suas instituições variam de acordo com sua natureza, a saber, são: a diplomacia, as alianças, as garantias, a guerra e a neutralidade (Wight, 2002: 104).

No capítulo XI, "A Diplomacia: é a instituição para negociar", Martin também a define como o sistema e a arte da comunicação entre os estados. Ele considera o sistema diplomático como "a instituição mestra das relações internacionais" (Wight, 2002:1007) e divide-a em duas categorias: embaixadas residentes e conferências.

Já no capítulo XII, ao se apropriar da definição de Aristóteles, Wight enfatiza que as alianças não são as amigas da política internacional; elas têm por função aumentar a segurança dos aliados ou promover seus interesses face ao resto do mundo.



No capítulo XIII, cujo título é "Guerra", Wight a define como uma instituição das relações internacionais. As suas origens estariam nas decisões de governo e, algumas vezes, nas paixões dos povos, impelidas pelos relacionamentos de poder.

Em "A Expansão das Potências", capítulo XIV, Wight ressalta que as grandes potências demonstram ter uma tendência expansionista com maior sucesso. (Wight, 2002:141). Todavia, a tendência para a expansão também pode ser encontrada na história das pequenas potências. A expansão das potências seria fruto de duas causas: pressão interna e fraqueza das potências adjacentes.

No capítulo XV, chamado de "A Configuração do Poder", o autor se refere aos alinhamentos de força, a exemplo da OTAN, os quais compõem a configuração de poder. Para ele, esses organismos são formados sob pressão externa, jamais por força popular. Já a sua coesão varia conforme a pressão (Wight, 2002:155). De acordo como autor, nenhum Estado está imune à configuração do poder; porém, uma grande potência tem ampla liberdade para modificar tal configuração, até mesmo porque exerce influência sobre o destino de seus vizinhos mais fracos.

No capítulo XVI "O Equilíbrio de Poder", Martin afirma que, em seu significado original, a expressão assume a ideia de uma igual distribuição do poder, em um contexto onde nenhuma potência é tão preponderante a ponto de expor as demais em risco (Wight, 2002: 172). O equilíbrio de poder seria obtido em plena operação toda vez que uma potência dominante se esforça para obter o domínio da sociedade internacional e de modo momentâneo, rompe esse equilíbrio (Wight, 2002: 168).

Em "A Compensação", descrita no capítulo XVII, Wight a define como "um princípio que rege as relações gerais entre Estados de forças comparáveis" (Wight, 2002: 187). Por outro lado, afirma que "significa um método de regular o equilíbrio do poder por intermédio da troca combinada de territórios" (Wight, 2002: 187). Para ele, quando há só duas partes para a transação a compensação é bilateral, e, quando envolve mais de duas, é multilateral (Wight, 2002: 187).

No capítulo XVIII, "A Intervenção", o termo é definido como uma interferência pela força, o que pode não se configurar como uma declaração iminente de guerra, realizada por uma ou mais potências, nos negócios de outra potência. A intervenção pode se processar tanto no nível da política externa de um país, quanto na esfera doméstica.

Para o autor os capítulos XIX (Liga das Nações) e XX (Organização das Nações Unidas) abordam temáticas não muito significativas. Porém, devido a exacerbada importância dada a esses temas por alguns estudiosos, ele as aborda de maneira sucinta e clara. Todavia, não deixa de evidenciar as fraquezas e/ou debilidades de tais organizações.

No capítulo XXI, "A Corrida Armamentista" é definida como o "acúmulo competitivo de tropas e de armamentos, por meio do qual cada lado tenta conseguir obter uma vantagem sobre seu vizinho, ou pelo menos tenta não permanecer em desvantagem" (Wight, 2002:247), que pode acontecer por intermédio de duas ou por muitas potências rivais; pode ser local ou generalizada.

No capítulo XXII, "O Desarmamento" é tratado do ponto de vista tradicional, e, desta forma, é visto como a solução contra a corrida armamentista. Em sua definição envolve-se: a abolição das armas ou a redução da sua quantidade, ou limites sobre seu crescimento, ou ainda a restrição a determinados tipos ou usos. Wight afirma que, com certa frequência, "o desarmamento tem sido aceito por uma potência por imposição ou



por perder uma guerra. A demolição obrigatória de fortalezas talvez seja a forma mais antiga de desarmamento" (Wight, 2002:269).

No capítulo XXIII, "O Controle de Armamentos", o autor trata de questões básicas sobre este assunto e algumas discussões avançadas no campo da energia atômica.

No capítulo XXIV Wight aborda questões como o estabelecimento da tradição de uma comunidade internacional com um padrão comum de obrigação e justiça. Nessa perspectiva, o autor considera que a comunidade internacional é a principal influência no funcionamento da política do poder. Além disso, envolve também a moral em política internacional como o resultado da segurança.

Deve-se salientar que o livro constitui-se em uma sólida introdução histórica dos princípios cardinais atuantes na política internacional, o que o torna uma referência chave. A maneira como o autor expõe os temas, os conceitos-chave da área – abordados num *continuum* histórico – encantam e fascinam os aficionados da área de Relações Internacionais. O autor exhibe a referida área partindo dos primórdios até as temáticas atuais, além de envolver discussões jamais pensadas à época. Por exemplo, Wight cita a decisão do Brasil em adotar a energia atômica para fins pacíficos. Rememora, de modo histórico, como são desenvolvidas as classificações entre as potências a partir do sistema de estados europeu e o permanente e tensionado equilíbrio de poder desenvolvido para elas alcançarem a hegemonia global.

Por todos os motivos ora apresentados, nota-se que o estudante ou interessado da área de Relações Internacionais depara-se com um clássico indispensável aos aspirantes à carreira diplomática ou até mesmo os iniciantes da área. A visão de diplomacia de Wight – e dos assuntos diplomáticos – é digna de uma sabedoria transcendente ao seu tempo.

### Como citar esta Recensão Crítica

Teles, Matheus Gonzaga (2016). Wight, Martin (2002). *A Política do Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 329 pp. ISBN: 85-230-0040-2. Recensão Crítica, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, Nº. 2, Novembro 2016 - Abril 2017. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.autonoma.pt/janus.net/pt\\_vol7\\_n2\\_rec1](http://observare.autonoma.pt/janus.net/pt_vol7_n2_rec1) (<http://hdl.handle.net/11144/2788>)

